

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.953 - RS (2019/0302306-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : FABRICIO PEREIRA (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por FABRICIO PEREIRA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que denegou o *writ* de origem, em acórdão assim ementado (fl. 96):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA.

Paciente preso, sendo convertida sua prisão em preventiva. Decisões proferidas na origem devidamente fundamentadas. Comprovada a materialidade dos fatos e presentes indícios suficientes de autoria, cabível a prisão preventiva do paciente, nos termos do art. 312 do CPP. Segundo o expediente, os agentes públicos receberam informações de que dois indivíduos, com características específicas, estavam em uma praça comercializando entorpecentes. Na posse do paciente foram encontradas 07 buchas de cocaína, 53 pedras de crack e nove porções de maconha, sem olvidar que o corréu estava na posse de R\$373,75, em moeda trocada, tudo a evidenciar, com segurança, a presença dos pressupostos justificadores da prisão preventiva. Predicados pessoais favoráveis, por si só, não justificam a concessão da liberdade provisória. Inviável o exame aprofundado das provas em sede de habeas corpus. Elementos contidos no expediente autorizam a manutenção da segregação. Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois, a princípio, insuficientes e inadequadas ao caso em concreto, tendo em vista que o paciente teria referido, informalmente, fazer parte de grupo criminoso atuante na região. Sobre a alegação de que o paciente, em caso de condenação, terá fixado regime distinto ao fechado não deve prosperar, pois a projeção da reprimenda eventualmente a ser imposta não é cabível em sede de habeas corpus, não servindo como fundamento para a libertação do paciente. A prisão preventiva não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência, nem se trata de execução antecipada da pena. Art. 5º, LXI, da CRFB.
ORDEM DENEGADA.

O recorrente foi preso preventivamente pela prática do delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei nº 11.343/2006.

O recorrente busca a revogação da prisão preventiva, sob a alegação de

Superior Tribunal de Justiça

ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, ou que sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão.

Na origem, ação penal 0010127-10.2019.8.21.0086, o recorrente foi notificado para apresentação de defesa preliminar em 4/9/2019, aguardando-se a decisão quanto ao recebimento da denúncia, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis em 7/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 36/37):

Passo a apreciar a necessidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva.

A materialidade veio demonstrada pelo auto de apreensão e pelo laudo de constatação preliminar de natureza da substância.

Os indícios de autoria também estão presentes a partir do relato dos policiais. Em razão de denúncia via 190 de que dois indivíduos traficavam na praçinha, endereço da ocorrência, os policiais dirigiram-se ao local, no qual avistaram as pessoas do flagrado e de Willian com as características que lhes foram informadas. Realizada abordagem, **foram encontrados no bolso do flagrado Fabricio 7 buchas de cocaína; 53 pedras de crack e 09 porções de maconha**, além de ter sido apreendido um telefone celular.

Ao ser ouvido, Willian afirmou que foi comprar maconha do flagrado.

Por sua vez, o flagrado, quando interrogado, admitiu a mercancia, afirmando pertencer há pouco tempo à facção criminosa.

A quantidade da droga e a ligação do flagrado com facção criminosa põe em risco ordem pública.

Com efeito. O caso retratado - frente à quantidade de droga apreendida e à ligação do flagrado com facção criminosa - envolve perigo concreto. - A quantidade da droga, como deixou assentada a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça esta a apontar "para o grau de envolvimento do infrator com o odioso comércio, indicando a medida de sua personalidade perigosa e voltada para a prática criminosa. " (passagem da ementa do HC 18940/RJ, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado em 05/03/2002).

A prisão preventiva do flagrado, portanto, mostra-se necessária para garantia da ordem pública.

Ademais, no caso, medidas cautelares diversas da prisão não seriam suficientes.

Condições pessoais favoráveis ou ser o flagrado tecnicamente primário não

Superior Tribunal de Justiça

impede a decretação da prisão preventiva.

[...]

Pelo exposto, converto a prisão em flagrante em prisão preventiva.

Assim, como evidenciado, constatou-se que o decreto prisional apresentou fundamentação com base na quantidade de drogas apreendidas - 7 buchas de cocaína, 53 pedras de crack e 9 porções de maconha - e indícios de que o recorrente participa de organização criminosa, a partir do interrogatório do próprio flagrado.

Quanto à quantidade de drogas apreendidas, não logrou êxito a defesa em apresentar documentos que comprovassem a exata quantidade, de modo que, tendo a Corte local asseverado que a quantidade de droga apreendida põe em risco a ordem pública, há fundamento idôneo para a segregação cautelar.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas

Superior Tribunal de Justiça

cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

